

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

### **PRESENCAS**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores António Manuel da Silva Gonçalves em substituição do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

### **AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, por se encontrar de férias.

### **SECRETARIOU**

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

### **ABERTURA (COD. 02)**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)**

O senhor **Presidente da Câmara** e os senhores **Vereadores** deram as boas vindas ao senhor Vereador António Manuel da Silva Gonçalves, que se encontra na reunião em substituição do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, o qual agradeceu.

### **OBRAS MUNICIPAIS (COD. 41)**

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** referiu, novamente, o mau estado em que se encontra o pavimento dos passeios da Rua da Columela e da Rua D.

João da Silva Campos Neves, uma vez que o mesmo está solto e quebrado, o que provoca enormes transtornos a quem ali passa diariamente, com salpicos de água para as roupas nos dias de chuva e até potencia quedas das pessoas.

De seguida, questionou o ponto de situação, relativamente à realocização da feira semanal.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que ainda não houve nenhum agendamento oficial da realocização da feira semanal. Disse que é um processo que está a ser feito com a maior cautela possível, tendo já sido ouvidos alguns feirantes, de forma individual. Acrescentou que foi comunicado a todos os feirantes, por escrito, que a feira semanal iria ser realocizada, dando cumprimento à deliberação tomada pela Câmara Municipal, com a indicação de data previsível, para fins do mês de maio do corrente ano.

Informou, ainda, que foi dada indicação aos feirantes para que procedessem ao pagamento das taxas de ocupação do terrado, referentes ao mês de abril, até ao dia de hoje, 15 de abril, para desta forma manifestarem intenção futura de ocupação do terrado.

#### **CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)**

O senhor **Vereador José Correia da Silva** reiterou o pedido de documentos efetuados nas reuniões anteriores.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que os documentos vão ser fornecidos ao senhor Vereador, em função da disponibilidade dos serviços atenta a complexidade de alguns dos pedidos.

### **ORDEM DO DIA**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

#### **01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE ABRIL DE 2019 (COD. 03)**

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 8 de abril de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador António Manuel da Silva Gonçalves, por não ter participado na referida reunião.

## • GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA - CÓD. AO 01 | GAP 01

**02-ASSUNTO:** LEI N.º 50/2018 - LEI-QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS (COD 14)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo como o processo que estabelece o quadro de competências para o Município de Lamego, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e diplomas setoriais, se tem desenvolvido e se encontra nesta fase.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** questionou o senhor Presidente da Câmara se os valores referidos na documentação rececionada dizem respeito à totalidade ou a parte deles.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que, na área da educação, foi rececionada uma comunicação da DGAL, datada de 9 de abril de 2019, dando indicação do prazo de 30 dias para o Município se pronunciar, sendo que a eventual pronúncia da Assembleia Municipal decorre até dia 30 de junho de 2019.

Informou, ainda, que os documentos rececionados da DGAL, relativamente ao domínio da educação, foram remetidos para os senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, para os envolver nesta temática, até porque a análise desses valores tem de ser feita à luz da informação que só os Agrupamentos de Escolas estão habilitados para a prestar.

Disse que sempre que houver matéria concreta trará à Câmara para conhecimento, afirmando que não foi dado mais nenhum passo, do ponto de vista formal, relativamente aos diplomas setoriais.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** agradeceu a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, afirmando que vai continuar a acompanhar o desenvolvimento deste processo.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse, relativamente a esta matéria, que o que mais o preocupa são os prazos para que os órgãos competentes se possam pronunciar, e esses já foram esclarecidos pelo senhor Presidente da Câmara.

Disse que a sua posição é a posição publicamente já assumida pelo seu partido. Isto é, o PSD não é contra a descentralização das competências, é contra, isso sim, à forma como está a ser feita pelo Governo.

Agradeceu a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, solicitando que continue manter o Executivo a par, sobre o ponto de situação desta matéria para, futuramente, poder debater este assunto e votá-lo em consciência.

O senhor **Vereador António Manuel da Silva Gonçalves** disse que é também de opinião, tal como disse o senhor Presidente da Câmara, que se envolvam os Diretores das Escolas e dos Centros de Saúde, no sentido de se verificar se existem condições para se poder avançar, neste momento, com as transferências.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que a sua posição é, obviamente, uma posição política e está assumida desde a primeira hora. Entende que as transferências de competências se operam, por força da Lei n.º 50/2018, tal como decorre da lei, os municípios poderão e deverão ir recebendo tais transferências até como forma de adequarem os serviços.

Disse que este processo está numa fase de materialização entendendo que todos devem estar envolvidos, para bem do Município de Lamego.

Afirmou que existem diplomas setoriais envolvendo valores a transferir que ainda não são conhecidos, pelo que, na prática a assunção das competências só será concretizada quando os valores estiverem definidos por protocolos, sendo que, até ao momento, apenas estão quantificados na área da saúde e da educação.

Afirmou que, por exemplo, na área da educação, se até ao dia 1 de setembro de 2019, não estiverem celebrados os competentes protocolos, com os valores a transferir, não irá ocorrer transferência de competências, no decurso do ano letivo 2019/2020.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

### **03-ASSUNTO: ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ÀS ÁGUAS DO NORTE (COD 14)**

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo do teor do fax n.º 10225/2019, datada de 9 de abril de 2019, proveniente do Tribunal de Contas, relativo ao acordo de regularização de dívida às Águas do Norte, que refere que em sessão diária de visto da 1ª secção, decidiu devolver o contrato celebrado entre o Município de Lamego e as Águas do Norte, por não se encontrar sujeito a fiscalização prévia.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

### **04-ASSUNTO: PEDIDO UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS PARA REALIZAÇÃO DA FEIRA AGRÍCOLA DE LAMEGO (COD 08)**

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS NO DOURO - APEDOURO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 287/08/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

*“A Associação Promotora de Eventos no Douro (APEDOURO) pretende realizar a Feira Agrícola de Lamego entre os dias 29 de abril e 7 de maio no Centro Multiusos. Para o efeito solicitou a utilização integral da nave e galerias do Centro Multiusos de Lamego que, de acordo com a tabela do regulamento em vigor tem um custo de 3150€ (IVA incluído), valor que já inclui a redução de 50%, ao abrigo do disposto, no anexo I, do Regulamento Municipal de Utilização do Centro Multiusos de Lamego, no que se refere ao desconto a aplicar a instituições sem fins lucrativos, com sede no Concelho de Lamego.*

*Considerando que a Associação Promotora de Eventos no Douro (APEDOURO) aceitou o respetivo orçamento.*

*Considerando o ponto 3., do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Utilização do Centro Multiusos de Lamego, proponho a aprovação da realização do evento bem como a celebração do respetivo Contrato e/ou Protocolo com o requerente que contemple o pagamento das respectivas taxas (3150€).”*

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**05-ASSUNTO: PEDIDO UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS PARA REALIZAÇÃO DA FEIRA DE STOCKS (COD 08)**

**REQUERENTE:** MUNDO SIMÉTRICO, UNIPESSOAL, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 288/08/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

*“A Mundo Simétrico, Unipessoal Lda., pretende organizar a Feira de Stocks entre os dias 10 e 12 de maio, no Centro Multiusos. Para o efeito solicitou a utilização do hall de entrada e varandim do Centro Multiusos de Lamego que, de acordo com a tabela do regulamento em vigor tem um custo de 925€ (IVA incluído).*

*Considerando que a Mundo Simétrico, Unipessoal LDA aceitou o respetivo orçamento.*

*Considerando o ponto 3., do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Utilização do Centro Multiusos de Lamego, proponho a aprovação da realização do evento, bem como a celebração do respetivo Contrato e/ou Protocolo com o requerente que contemple o pagamento das respectivas taxas (925€).”*

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**06-ASSUNTO: SELEÇÃO DE UM COORDENADOR TÉCNICO PARA O CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS-4G) (COD 57)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 306/57/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, que refere que, dando cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do artigo 13.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto e, na sequência da publicação do aviso de abertura de candidaturas (Aviso n.º POISE-32-2019-09), aviso esse que configura um convite à apresentação de candidaturas, no caso, pela Obra Kolping de Portugal na qualidade de Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP), selecionada pela Câmara Municipal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento CLDS-4G, vem propor à Câmara Municipal que delibere:

Selecionar a doutorada, Catarina Gonçalves Ribeiro, como Coordenadora Técnica do CLDS-4G, considerando que a mesma é detentora de formação superior e experiência profissional relevantes para o exercício de funções de coordenação do CLDS-4G, conforme *currículo vitae* anexo.

Considerando que este assunto suscita dúvidas quanto à interpretação do n.º 3 do artigo 55º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativamente à obrigatoriedade, ou não, de exigência de deliberação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal decidiu, adotar o sistema de votação nominal.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, selecionar a doutoranda, Catarina Gonçalves Ribeiro, como Coordenadora Técnica do CLDS-4G, conforme proposto.

#### DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

##### **07-ASSUNTO: PEDIDO DE CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)**

**REQUERENTE:** JOÃO JOSÉ FONSECA MARTINHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 289/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1792/DASU, de 18/03/19, propõe ao Executivo Municipal, se digne deliberar a audiência prévia de João José Fonseca Martinho, cliente n.º 21294, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial na freguesia de Britiande, nos termos do artigo 121º do C.P.A., para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de aplicação da tarifa de perdas ao consumo apresentado na fatura de janeiro, fevereiro e março de 2019.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, conforme proposto.

##### **08-ASSUNTO: PEDIDO DE CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)**

**REQUERENTE:** LAMIBRINDE SOCIEDADE, UNIPessoal, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 290/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1789/DASU, de 18/03/19, propõe ao Executivo Municipal, que delibere a audiência prévia de Lamibrinde - sociedade unipessoal, Lda., cliente n.º 15263, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial na freguesia de Penude, nos termos do artigo 121º do C.P.A., para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de aplicação da tarifa de perdas ao consumo apresentado na fatura de janeiro de 2019.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, conforme proposto.

**09-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO SOCIAL DOS CONSUMOS DE ÁGUA – INDEFERIMENTO (COD 01)**

**REQUERENTE:** QUINTINO LOPES CLARO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 291/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que refere que Quintino Lopes Claro, cliente 14065, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na freguesia de Lamego, não se pronunciou para os efeitos do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), em resposta ao ofício n.º 475, de 04/03/19, sobre o seu pedido de adesão ao tarifário social.

Assim, propõe ao Executivo Municipal se digne deliberar o indeferimento definitivo do referido pedido.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, o indeferimento definitivo da pretensão do requerente, conforme proposto.

**10-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DO 5º ENCONTRO DE MINIS DOURO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)**

**REQUERENTE:** MINIS DOURO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 292/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização de festividade/divertimento público, relativa à realização do evento 5º Encontro de Minis Douro, que decorrerá no dia 19 de maio de 2019, nas vias de jurisdição do município de Lamego e estacionamento na Av. Dr. Alfredo de Sousa, assim como a isenção do pagamento de taxas, inerentes ao evento.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**11-ASSUNTO: REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 293/62/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“Após a entrada em vigor do RJSPTP, existe um regime de exploração a título provisório que permite autorizar a manutenção dos títulos de concessão para exploração de serviço público de transporte de passageiros (carreiras), dentro dos prazos estipulados pela Lei n.º. 52/2015, de 9 de junho.*

*Isto é feito para aplicação progressiva do regime de abertura à concorrência dos serviços de transportes garantindo a estabilidade do sistema de transportes sem colocar em causa a mobilidade das populações e aplica-se a títulos de concessão para exploração de serviço público de transporte de passageiros (carreiras) atribuídos, de forma não concorrencial, ao abrigo do Regulamento dos Transportes em Automóveis. De forma sucinta as autorizações provisórias devem:*

- 1. Definir os direitos e deveres do operador de serviço;*
- 2. Conter a indicação dos itinerários, paragens, horários, tarifários e sistema de cobrança inerentes ao serviço autorizado;*
- 3. Dar indicação sobre cada uma das linhas ou sobre conjuntos de linhas ou redes de serviços de transportes rodoviários que são abrangidos;*
- 4. Fornecer a indicação do prazo de vigência.*

*A emissão das autorizações provisórias da autoridade de transportes de Lamego deve ser efetuada às linhas municipais. As restantes autorizações provisórias (intermunicipais e interregionais) devem ser feitas em conjunto com a CIM do Douro e as restantes CIM vizinhas por onde passam linhas inter-regionais com origem ou destino em Lamego.*

*Assim, propõe-se à Câmara Municipal a aprovação das minutas das autorizações provisórias das 18 linhas municipais, das quais 6 são urbanas a que corresponde as linhas do Verdinho, nos termos do disposto no artigo 10º da Lei n.º. 52/2015, de 9 de junho.”*

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

• Gabinete das Atividades Económicas e Turismo – CÓD. AO 01 | GAET 04

**12-ASSUNTO:** PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MUPIS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 53)

**REQUERENTE:** SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 294/53/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 5 de abril de 2019, no qual autorizou a cedência, a título gratuito, de duas faces de mupis, para colocação de



publicidade, para divulgação das comemorações dos 500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

Ausente, neste, ponto, o senhor Vereador António Pinto Carreira, por impedimento legal.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

**13-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO - PROC. 423/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** MANUEL JOAQUIM GONÇALVES BARROQUINHO

**LOCAL DA OBRA:** RUA DO CASTELO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 295/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 803/DOU, de 03/04/2019 e do parecer da técnica superior, em substituição do Chefe da DOU, de 08/04/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**14-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA APOIO A UNIDADE AGROPECUÁRIA - PROC. 310/15 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PENUDE

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA SERRA DAS MEADAS - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 296/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 87/DOU, de 11/01/2019 e do parecer da técnica superior, em substituição do Chefe da DOU, de 08/04/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**15-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO - PROC. 518/16 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** HELENA MARIA CARVALHO DA SILVA BENTO

**LOCAL DA OBRA:** RUA DA SEARA - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 297/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 783/DOU, de 01/04/2019 e do parecer da técnica superior, em substituição do Chefe da DOU, de 05/04/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**16-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UNS ARRUMOS AGRÍCOLAS - PROC. 740/15 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** SÓNIA RAQUEL ALVES TAVARES

**LOCAL DA OBRA:** RANHA - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 298/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 772/DOU, de 01/04/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de arrumos agrícolas.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**17-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA CASA MORTUÁRIA - PROC. 435/07 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** FREGUESIA DE PARADA DO BISPO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE TRÁS DA IGREJA – PARADA DO BISPO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 299/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 754/DOU, de 28/03/2019, referindo que, nos termos do artigo 24º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, compete à câmara municipal deliberar sobre as dispensas totais ou parciais do pagamento de taxas municipais.

Nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 26º do citado regulamento a câmara municipal pode isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da Tabela Geral anexa, sem prejuízo das licenças ou autorizações necessárias a pagar por pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, associações culturais, desportivas, recreativas, religiosas, cooperativas ou profissionais e instituições particulares de solidariedade social.

A requerente enquadra-se numa entidade de utilidade pública administrativa e o valor das taxas a liquidar é de 210,50 € pelo que, propõe à Câmara delibere isentar o valor das taxas a liquidar.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

• Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

**18-ASSUNTO:** REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DE ALVORAÇÕES (COD. 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 300/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 2256/DOU, de 3 de abril de 2019, propondo à Câmara Municipal, nos termos do artigo 18, alínea a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, conjugado com o n.º 1 do artigo 36º do CCO, que aprove o projecto de execução da empreitada de Requalificação do espaço público do Bairro de Alvorações, e que autorize a abertura do procedimento concursal, nos termos da alínea b) do artigo 19º do CCP, na sua atual redação, cujo valor base são 548.380,19€ (quinhentos e quarenta e oito mil trezentos e oitenta euros e dezanove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais propõe à Câmara, que aprove as peças concursais, nomeadamente o caderno e encargos, o programa de concurso e o plano de prevenção e gestão de resíduos e o que nele está contido, tais como a constituição do júri e o gestor do contrato.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

**19-ASSUNTO:** FINANÇAS (COD. 27)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação financeira, referente ao mês de março de 2019.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

**20-ASSUNTO:** NEGOCIAÇÃO, POR VIA DO DIREITO PRIVADO, DAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DO PARQUE URBANO DE LAMEGO (COD. 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 301/47/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer parte integrante, propondo à Câmara Municipal que autorize a negociação por via do direito

privado das parcelas de terreno, necessárias para o Parque Urbano de Lamego, nos termos do n.º 1, do artigo 11.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99 de 18 setembro, na sua atual redação.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**21-ASSUNTO: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR PARA REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA URGENTE, NO ÂMBITO DO PROJETO DO PARQUE URBANO DE LAMEGO (COD. 47)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 302/47/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer parte integrante, propondo à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo da alínea vv) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/13, de 12 de Setembro, requerer à Assembleia Municipal de Lamego a aprovação, nos termos n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código de Expropriações), da Declaração de Utilidade Pública de expropriação, com carácter de urgência, dos prédios particulares inscritos na matriz predial rústica sob os artigos nºs 434 e 435, ambos da secção 1B, artigos n.ºs 146, 157, 158 e 235, ambos da secção 1C, e urbana sob os artigos nºs 363 e 1001, da Freguesia Lamego, e de todos os direitos a eles inerentes por necessários à execução do projeto “Parque Urbano de Lamego”.

**Deliberação:** Este assunto transita para a reunião extraordinária.

**22-ASSUNTO: CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO (COD. 27)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 303/27/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“No seguimento da informação n.º 2486/2019 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, e em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2018, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.*

*Assim desta forma propõe-se:*

*a) A aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano económico de 2018, por parte da, conforme o disposto da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*

- b) A aprovação do relatório anual de execução do plano de ajustamento financeiro (PAF) do exercício de 2018, conforme decorre do disposto do artigo 5.º do DL n.º 38/2008, de 7 de março e do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do DL n.º 43/2013, de 21 de agosto;*
- c) A aprovação da proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão;*
- d) Remeter a prestação de Contas de 2018 ao Tribunal de Contas, até 30 de Abril, obrigatoriamente pela via eletrónica, os documentos de prestação de contas, conforme resulta do n.º 4 do art.º 52.º da LOPTC, bem como da resolução n.º 7/2018;*
- e) Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estes documentos sejam apreciados e votados pela Assembleia Municipal;*
- f) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”*

O senhor **Presidente da Câmara** informou os senhores Vereadores que o senhor Dr. José Alberto Lima, Revisor Oficial de Contas, estava presente na reunião para fazer uma breve exposição sobre a prestação de contas de 2018.

Tomou a palavra o senhor **Dr. José Alberto Lima**, para lembrar que a lei refere que a certificação legal de contas deve acompanhar a prestação de contas a remeter à Assembleia Municipal, pelo que afirmou que irá emitir a referida certificação legal de contas, caso as mesmas sejam aprovadas pelo órgão Executivo. Adiantou que a mesma será dada com algumas reservas, mas efetivamente, de uma maneira geral, elas correspondem em termos de execução orçamental e em termos patrimoniais ao que aconteceu no Município de Lamego e estão devidamente registadas.

Seguidamente, efetuou uma análise pormenorizada das contas, através do balancete, explicando cada uma delas.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** começou por referir que os documentos da prestação de contas e relatório e gestão contêm alguns erros ortográficos e gralhas graves, bem como erro de paginação, pelo que entende que deveriam ser corrigidos.

Reportando-se ao relatório das garantias e cauções emitidas a favor do Município de Lamego, disse que não vê descrito as cauções referentes ao Pavilhão Multiusos, pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara, se foi por esquecimento ou se é por não existirem. Disse que se se tratar de um lapso, entende que deve ser corrigido, sugerindo, por isso, que se adiasse para a próxima reunião de Câmara a votação deste documento, caso seja entendido votar hoje, adiantou que votará contra o mesmo, por uma questão de cautela.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** referiu que as contas de gerência são o que são, traduzem o que traduzem e espelham a gestão do Executivo que está em funções, durante o ano de 2018.

Disse que, na sequência do que afirmou o Dr. José Alberto Lima de que irá emitir certificação legal de contas, entende tal ato como um sinal de que os números traduzem a realidade das contas, o que significa que está pronto para votar o assunto hoje, no entanto, não se opõe que o mesmo transite para a próxima reunião de Câmara.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por agradecer os esclarecimentos prestados pelo senhor Dr. José Alberto Lima, os quais aclararam algumas das suas dúvidas. No entanto, afirmou que seria mais avisado que se adiasse a votação deste assunto para a próxima reunião de Câmara, uma vez que houve pouco tempo para analisar os documentos, tendo ainda questões para aprofundar e analisar mais pormenorizadamente.

O senhor **Vereador António Manuel da Silva Gonçalves** agradeceu ao senhor Dr. José Alberto Lima a explicação dos documentos de prestação de contas. É de opinião também que se deva adiar a deliberação deste assunto, uma vez que não estão contempladas no documento as cauções referentes ao Pavilhão Multiusos, desconhecendo se foi propositado, ou não, mas gostaria de ser esclarecido, para posteriormente se poder pronunciar.

O senhor **Presidente da Câmara** começou por referir e registar que as questões suscitadas pelos senhores Vereadores, com exceção das garantias bancárias referentes ao Pavilhão Multiusos, não são nenhuma.

Afirmou que a relação das garantias bancárias foi transmitida, quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal, sendo que o Município não tem indicação, por parte de nenhuma das instituições bancárias, que tenha havido cancelamento de nenhuma delas, pelo que as mesmas se encontram em vigor. Disse que esta informação tem sido dada reiteradamente.

Disse que as contas refletem a realidade do Município, tal como afirmou o senhor Dr. José Alberto Lima.

Entende que este assunto poderia ser votado hoje, uma vez que não foram suscitadas mais questões. No entanto, no seguimento da vontade manifestada pelos senhores Vereadores, este assunto transita para uma reunião extraordinária a realizar no dia 18 de abril do corrente ano.

**Deliberação:** Transita para a reunião extraordinária.

**23-ASSUNTO: RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (PAF) (COD. 27)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 304/27/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“No seguimento da informação n.º 2486/2019, do Chefe da Divisão de Finanças e Património, que refere que o presente relatório foi elaborado, como tem sido hábito, tendo em conta as disposições legais constantes no Regime das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e o DL n.º 43/2012, de 31 de agosto.*

*Este, visa retratar a situação financeira do Município, de modo a que a Assembleia Municipal disponha de dados essenciais que lhe possibilite, proceder ao acompanhamento do PAF – Plano de Ajustamento Financeiro, que engloba os empréstimos: PAEL e SF, dando cumprimento ao preceituado legal em vigor e que o obriga.*

*Conforme decorre do disposto no n.º 5 do artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “Durante o período de empréstimo “saneamento Financeiro”, o Município fica obrigado a:*

- a) Cumprir o Plano de Saneamento Financeiro;*
- b) Não celebrar novos empréstimos de Saneamento Financeiro;*
- c) Remeter à DGAL os relatórios sobre a execução do Plano de Saneamento.*

*Dispõe igualmente a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do DL n.º 43/2012, de 31 de agosto (Criou o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívida dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias), que “o acompanhamento do PAEL é efetuado pela Assembleia Municipal, através de informação prestada pela câmara municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano.”*

*Diz-nos ainda o n.º 6 do artigo 59.º da citada Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que “o acompanhamento do plano de saneamento cabe ao município, através de elaboração de relatórios semestrais, sobre a execução do plano financeiro pela câmara municipal e da sua apreciação pela Assembleia Municipal”.*

*Este relatório de acompanhamento, que coincide com o fecho de contas do exercício findo, é apresentado para que estes possam proceder a uma monitorização atenta.*

*Assim desta forma propõe-se:*

- a) Apreciação do relatório de execução do Plano de Ajustamento Financeiro, reportado ao período de janeiro e dezembro do ano 2018;*

*b) Remeter à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*

*c) Remeter aos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março e à DGAL os relatórios sobre a execução do plano de saneamento, no prazo máximo de 30 dias;*

*d) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”*

**Deliberação:** Transita para a reunião extraordinária.

**24-ASSUNTO:** PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA À LINHA BEI PT/2020-AUTARQUIAS (COD. 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 305/27/2019 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“O Município de Lamego, derivada a situação financeira em que se encontra, as receitas próprias não permitem o esforço financeiro desejável para responder a todas as necessidades de investimentos a realizar no Concelho e que se torna necessário acelerar o grau de execução de investimentos associados a candidaturas com financiamento comunitário, o Município tem ao dispor um instrumento de financiamento destinado a financiar a contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020.*

*Este instrumento de financiamento, a LINHA BEI PT 2020- Autarquias, vem criar condições para acelerar a execução das operações do Portugal 2020 através de uma linha de crédito com condições mais favoráveis do que as disponíveis no mercado bancário.*

*A disponibilização de instrumentos de financiamento mais competitivos pretende contribuir para minorar os efeitos negativos da conjuntura na implementação do NORTE2020 melhorando e otimizando as condições financeiras das autarquias implementarem os seus projetos NORTE2020, aproveitando esta última oportunidade que o país tem de financiar os seus projectos de financiamento através da utilização de fundos comunitários.*

*As operações aprovadas, serão sujeitas à elaboração de minuta de contrato por parte do BALCÃO2020, sendo que a minuta será colocada à aprovação da Ex.ma Câmara e*



posteriormente à Ex.ma Assembleia Municipal, seguindo os trâmites normais de um empréstimo, uma vez que:

a) Se mantém a possibilidade de serem excecionados, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, republicada pela Lei.º 51/2018 de 26/08, na sua redação atual, não é considerado para o limite total do município “o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia”.

b) Os despachos n.ºs 6200/2018 e 6323-A/2018, de 26 e 28 de junho, respetivamente, referem-se ao empréstimo Quadro BEI, que se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelo FEEI, no âmbito dos PO Portugal 2020, sendo a primeira parcela do empréstimo destinada a cofinanciar a contrapartida nacional de operações de investimento autárquico.

c) Serão o mesmo submetido à fiscalização prévia do tribunal de contas, após aprovação do financiamento e mediante contrato escrito.

Assim, de modo a poder beneficiar das condições, especialmente vantajosas, disponibilizadas pelo Governo, podendo permitir ao Município de Lamego, realizar os projectos aprovados e/ou previstos no âmbito do NORTE2020 e que constam da operação na informação n.º 2528/2019, do Chefe de Divisão de Finanças e Património, sendo as mesmas de elevado interesse estratégico para o futuro de Lamego.

Torna-se assim, necessário assegurar os recursos financeiros para acelerar a execução da operação, bem como, permitir que este importante esforço financeiro não limite a atuação do Município em outros investimentos, também eles prioritários.

Tendo em conta:

1. O disposto no art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, o Município de Lamego, pretende contratar empréstimos até ao montante global de 1.266.000€ (um milhão e duzentos e sessenta e seis mil euros) para cobertura de necessidades de financiamento da contrapartida nacional dos investimentos das candidaturas aprovadas pelo NORTE 2020 / POSEUR / PORTUGAL 2020, de acordo com as condições constante do PONTO III;

2. O disposto do despacho n.º 6200/2018 de 26 de junho e no Despacho n.º 6323-A/2018 de 28 de junho, anexos á presente proposta;

3. O disposto na alínea a) do n.º 5. Do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, que refere que não é considerado para o limite da dívida total do município “o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da

*contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimentos (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia”;*

*Pelo exposto, proponho que a Câmara delibere:*

*- Para efeitos de cumprimento da alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o disposto no art.º 51.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, autorizar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo com montante global até um milhão e duzentos e sessenta e seis mil euros (1.266.000€) através de candidaturas individuais na plataforma Balcão 2020, nos termos das condições referidas no ponto III da presente proposta e de acordo com os normativos legais da LINHA BEI PT2020 – Autarquias, para o financiamento da contrapartida nacional dos investimentos em referência.”*

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

### **APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata do seguinte assunto, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 50º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, apreciá-lo.

#### **25-ASSUNTO: TRANSAÇÃO NA INJUNÇÃO N.º 28904/19.0YIPRT – JOSÉ JOAQUIM CASTANHEIRA PAIVA, UNIPESSOAL, LDA. (COD 17)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 307/17/2019 do senhor Presidente da Câmara, que refere que a sociedade José Joaquim Castanheira Paiva, Unipessoal, Lda. instaurou contra o Município de Lamego, a injunção supra identificada, no valor de € 3.864,24, relativa à confeção e serviço de refeições e respetivas bebidas, nos dias 16 e 17 de setembro de 2017, no seu estabelecimento de restauração denominado “O Paiva”. A sociedade requerente concordou em reduzir o pedido para € 3.501,00 (três mil quinhentos e um euros), conforme minuta de transação que se anexa, sendo €3.450,00 referentes à dívida principal e € 51,00 relativos à taxa de justiça.

Para verificação da prestação dos serviços efetuados e da minuta de acordo pretendido, junta-se a respetiva documentação.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere aprovar a minuta de transação a celebrar, anexa a esta proposta.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, condicionada à existência de cabimento e fundos disponíveis, com seis votos a favor, do Presidente da Câmara, dos

Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, do Vereador do PSD, António Manuel da Silva Gonçalves e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva e com um voto contra do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto favoravelmente, tendo em conta que o serviço foi prestado, no seguimento de requisição interna emitida e cabimento autorizado, conforme consta dos documentos anexos, só não terá sido emitida a requisição externa, pelo que não restam dúvidas que o Município é devedor desta quantia e, como tal, deve proceder ao seu pagamento.*

*No entanto, tendo em conta que a proposta de deliberação não está sustentada, na informação, do cabimento para a despesa, ficará a mesma condicionada ao respetivo cabimento.”*

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto contra, esta proposta, em conformidade com as posições anteriormente já assumidas em assuntos de igual natureza.*

*Não ponho em causa a prestação do serviços, minha dúvida é saber quem é o responsável pelo pagamento, uma vez que não foram cumpridas as obrigações legais que uma situação desta natureza, obriga e nestes casos a lei dos compromissos determina que quem é responsável pelo pagamento não é o órgão em si, ou seja, a Câmara, mas sim o titular do órgão que ordenou esta despesas ilegal, pelo que voto contra.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve a declaração de voto proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

## **26-ASSUNTO: DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA E MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (COD 14)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs verbalmente que a próxima reunião de Câmara seja realizada no dia 29 de abril de 2019, não se realizando a reunião agendada para o dia 22 de abril do corrente ano, não se realize.

Mais propôs, tal como solicitado pelos senhores Vereadores, que os pontos n.ºs 21, 22 e 23 da ordem de trabalhos de hoje sejam agendados para uma reunião extraordinária a realizar no dia 18 de abril do corrente ano, próxima quinta-feira, para votação dos mesmos.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

## **27-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Presidente

Secretária

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**28-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária